

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 143/XIII/3.^a SL

Aos 7 dias do mês de setembro de 2018, pelas 11.30 horas, reuniu na sala 8 do Palácio de S. Bento a Comissão de Defesa Nacional, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 141 e 142/XIII/3.^a SL;
2. Discussão e votação dos requerimentos apresentados pelo GP/CDS-PP:
 - I - Para audição do Ministro da Defesa Nacional, com carácter de urgência, para prestar todos os esclarecimentos sobre o furto do material militar da base de Tancos;
 - II - No sentido de ser dirigido ao Ministério Público um pedido de informações, na sequência do ofício enviado pelo CEME em 31 de julho e de acordo com o qual os documentos requeridos pela Comissão “se encontram sujeitos a segredo de justiça”;
3. Programação dos trabalhos;
4. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PS), foi submetida à apreciação da Comissão a atas n.ºs 141 e 142/XIII/3.^a SL, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) para apresentar os requerimentos: o primeiro, motivado pelas “contradições e as disparidades das declarações” das entidades responsáveis, designadamente as do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) na última audição na Comissão e as que o Ministro da Defesa Nacional (MDN) proferiu em 26 de outubro de 2017, acerca da correspondência entre o material furtado dos paíóis de Tancos e o material posteriormente recuperado, e o segundo, solicitando informações ao Ministério Público acerca da incidência do segredo de justiça sobre os documentos requeridos pela Comissão, na sequência da recusa do CEME comunicada em 31 de julho.

O Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) anunciou que o seu GP não se oporia à audição do MDN, propondo que na mesma reunião fosse efetuada a audição regimental – antecipando a primeira da IV Sessão Legislativa, uma vez que o calendário parlamentar está muito preenchido com as audições referentes ao Orçamento de Estado e à Lei de Programação Militar - que teria assim duas partes, propondo ainda que a grelha de tempos a utilizar referente ao tema do

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

requerimento fosse a de 2 rondas (5+3 minutos) e a regimental a de 3 rondas (5+3+2), mas que se absteria em relação ao pedido de informações ao Ministério Público (MP); o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) concordou com o teor dos requerimentos e com as grelhas de tempo propostas; o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) interveio parara dar igualmente o seu assentimento; o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) declarou concordar com o primeiro requerimento, mas exprimiu a sua oposição ao segundo, invocando o regime constitucional da separação de poderes e declarando que quem faz as afirmações deve suportá-las não cabendo à AR averiguar a sua veracidade; o Senhor Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) reafirmou a posição do seu GP quanto ao pedido de informações defendendo a necessidade de uma clarificação por parte do MP; o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) expressou algumas dúvidas acerca do órgão competente para fornecer as informações pretendidas, atendendo a que é ao poder judicial que cabe a qualificação como segredo de justiça; o Senhor Deputado Ascenso Simões (PS) afirmou que a discussão deve ser centrada no âmbito político e não jurídico; e o Senhor Deputado José Matos Correia (PSD) defendeu que a questão não é meramente política, pois tem subjacente um problema jurídico, que, por outro lado, o requerimento parece não violar o princípio da separação de poderes e que, finalmente, para a Comissão exercer os poderes de fiscalização tem de saber se a informação de que dispõe é correta ou não, dirigindo esse pedido à "fonte" referida no ofício do CEME.

Submetidos a votação, foi o requerimento referente à solicitação das informações aprovado com votos a favor do PSD, do BE e do CDS-PP, a abstenção do PS e contra do PCP; e o requerimento referente à audição do MDN aprovado por unanimidade.

No que se refere à programação dos trabalhos, foi apontada a data de 12 de setembro para a realização da audição e o Senhor Presidente colocou a possibilidade de a visita ao Hospital Militar e ao Laboratório Militar ser efetuada no dia 13 de manhã, o que obteve o consenso de todos, assim como a proposta de que a Comissão se associasse às atividades que a Assembleia Parlamentar da NATO – Visita Conjunta da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança - da qual é presidente o Senhor Deputado João Rebelo - e do Grupo Especial para o Mediterrâneo e Médio Oriente - que terão lugar nos dias 24 e 25 de setembro em Lisboa, e nas quais se incluem uma conferência na Assembleia da República e visitas ao Comando Conjunto das Operações Militares, ao STRIKEFORNATO e à Base Naval de Lisboa.

Seguidamente referiu-se à visita que uma delegação da CDN efetuou à Força Nacional Destacada

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

na República Centro-Africana, realçando o excelente trabalho que estão a desempenhar em prol da paz e da proteção das populações, reconhecido e enaltecido pelas autoridades que contactaram.

A reunião foi encerrada às 12H20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de setembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(MARCO ANTÓNIO COSTA)

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro
Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Diogo Leão
Firmino Pereira
Idália Salvador Serrão
João Rebelo
João Soares
João Vasconcelos
Jorge Gomes
Jorge Machado
José de Matos Correia
Luís Pedro Pimentel
Marco António Costa
Miguel Coelho
Pedro Roque
Rui Silva
Vitalino Canas
António Gameiro
Berta Cabral
Carlos Alberto Gonçalves
Luís Moreira Testa
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Pedro Filipe Soares
Rosa Maria Bastos Albernaz
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miranda Calha